



CURSO: DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO E SOCIAL  
DISCIPLINA: **Direito Administrativo II: Relações Jurídico-Administrativas**  
CODICRED: **24378-04**

**I. EMENTA:** Bens Públicos atuação do Estado no domínio econômico. Intervenção do Estado na propriedade. Processo administrativo. Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade privada. Intervenção do Estado na Economia. Licitações Públicas. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. Processo e Procedimento administrativo. Controle dos Atos da Administração. Responsabilidade extracontratual do Estado

**II. OBJETIVOS:** Instrumentalizar os acadêmicos, oportunizando-lhes informações necessárias ao aprofundamento de referenciais teóricos aplicados ao campo do Direito Administrativo, visando, sobretudo, o despertar de uma consciência jurídica afinada com os métodos e práticas administrativas. Estimular a pesquisa jurídica, através da leitura, análise e comparação do posicionamento da doutrina, visando, além da assimilação dos termos técnicos, um nível de conhecimento que possibilite interpretar as leis, a doutrina e a jurisprudência, com coerência e precisão, na busca de soluções concretas.

### **III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

#### **1. Bens Públicos**

1.1. Conceito e natureza jurídica dos bens públicos. 1.2. Classificação dos bens públicos. 1.3. Regime jurídico dos bens públicos. 1.4. Uso dos bens públicos. 1.5. Terras devolutas. 1.6. Terrenos da marinha. 1.7. Terrenos acrescidos. 1.8. Terrenos reservados. 1.9. Ilhas. 1.10. Faixas de fronteira. 1.11. Águas públicas. 1.12. Jazidas. 1.13. Florestas. 1.14. Espaço aéreo. 1.15. O meio ambiente como bem público. 1.16 Terras Indígenas e Quilombolas.

#### **2. Processo e procedimento administrativo**

2.1. Conceitos de processo e procedimento administrativo. 2.2. Princípios que regem o processo administrativo. 2.3 Espécies de processos administrativos. 2.4. Meios investigatórios preliminares ao processo administrativo disciplinar. 2.5. Fases do processo administrativo. 2.6. Recursos administrativos: conceitos, fundamentos, efeitos e modalidades. 2.7. Coisa julgada administrativa.

#### **3. Controle da administração pública**

3.1. Controle interno da administração pública e seus instrumentos. 3.2. Contencioso administrativo. 3.3. Jurisdição una e jurisdição dupla. 3.4 Controle externo da administração pública. 3.5. Controle legislativo. 3.6. Controle pelo Tribunal de Contas. 3.7. Competências do Tribunal de Contas e participação do cidadão. 3.8. Controle da responsabilidade fiscal. 3.9. Controle judicial e seus limites. 3.10. A Lei de Improbidade Administrativa.

#### **4. Licitações Públicas**

4.1. Conceito, finalidade, princípios informativos e objeto da licitação. 4.2.



CURSO: DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO E SOCIAL  
DISCIPLINA: **Direito Administrativo II: Relações Jurídico-Administrativas**  
CODICRED: **24378-04**

Obrigatoriedade da licitação. 4.3. Modalidades de licitação. 4.4. Fases do processo licitatório. 4.5. Dispensa e inexigibilidade de licitação. 4.6. Anulação e revogação da licitação.

### **5. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública**

5.1. Conceito e peculiaridades. 5.2. Cláusulas exorbitantes. 5.3. Cláusulas essenciais. 5.4. Garantias. 5.5. Execução do contrato. 5.6. Formas de extinção do contrato administrativo. 5.7. Contrato de concessão de serviço público. 5.8. Alteração e extinção da concessão. 5.9. Contratos e compromissos de gestão. 5.10. Parcerias Público Privadas.

### **6. Responsabilidade extracontratual da Administração Pública**

6.1. Evolução e estágio atual da responsabilidade da administração pública. 6.2. Requisitos: ação ou omissão do Poder Público, dano e nexos de causalidade. 6.3. Ação de regresso. 6.4. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais. 6.5. Responsabilidade por atos de concessionários de serviço público.

### **7. Intervenção do Estado na propriedade: conceito, fundamento, finalidades e requisitos constitucionais**

7.1. Sujeitos, objeto e requisitos da desapropriação. 7.2. Fases do procedimento desapropriatório. 7.3. A declaração de utilidade pública e interesse social e seus efeitos. 7.4. A desapropriação amigável. 7.5. A desapropriação judicial. 7.6. Indenização do bem expropriado. 7.7. Desapropriação Indireta. 7.8. Retrocessão. 7.9. Requisição. 7.10. Limitação Administrativa. 7.11. Servidão Administrativa. 7.12. Ocupação Temporária. 7.13. Tombamento.

### **8. A atuação do Estado no domínio econômico**

8.1 Bases constitucionais. 8.2. Exploração direta da atividade econômica pelo Estado. 8.3. Atividades de fomento. 8.4. Atividade reguladora e atividade repressiva. 8.5. A privatização de serviços públicos e entidades estatais. 8.6. O papel das agências reguladoras.

## **IV. BIBLIOGRAFIA:**

### **BÁSICA**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Lúmen Júris, 2008.

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2008.

### **COMPLEMENTAR**

FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1997.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



CURSO: DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO E SOCIAL  
DISCIPLINA: **Direito Administrativo II: Relações Jurídico-Administrativas**  
CODICRED: **24378-04**

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2005.